

regularização fundiária e ambiental, linhas de crédito para fomento à produção sustentável, produção e distribuição de mudas florestais, disponibilização de insumos para agricultores familiares, contratação de assistência técnica, estabelecimento de linhas de crédito rural, e outras. Entre as ações já adotadas no âmbito governamental, destaca-se a criação de uma linha de crédito para financiar os agricultores que pretendem adotar Sistemas Produtivos eficientes que contribuam para a mitigação dos Gases de Efeito Estufa (GEE). Maiores informações sobre o Plano ABC+ podem ser obtidas na internet no website do Ministério da Agricultura e Pecuária, no endereço:

www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustabilidade/planoabc-abcmais



contato: cgabc@agro.gov.br

C
M
Y
CM
MV
CY
SMV



PLANO SETORIAL PARA ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA E BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA AGROPECUÁRIA COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2020-2030)

Visão estratégica para
um novo ciclo

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA E
PECUÁRIA
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Plano Setorial



A atmosfera é uma camada composta de distintos gases - nitrogênio (N₂), oxigênio (O₂), gás carbônico (CO₂) e outros que protegem o Planeta Terra. Um fenômeno importante, chamado "efeito estufa", ocorre quando parte do calor do sol que passa pela atmosfera atinge a Terra e é novamente refletida pela superfície terrestre, sendo nesse momento bloqueada pelos chamados Gases de Efeito Estufa, gerando mais calor.

Outros fatores, que não são naturais, também podem influenciar no aumento do efeito estufa, como a queima de combustíveis fósseis derivados de petróleo e carvão mineral, o desmatamento e as queimadas. Essas atividades promovem a emissão excessiva e o aumento da concentração dos Gases de Efeito Estufa na atmosfera, provocando, consequentemente, o aprisionamento do calor. Pode ocorrer, então, outro fenômeno, o aquecimento global, que se traduz na ampliação da temperatura de toda a Terra devido à maior emissão de alguns Gases de Efeito Estufa, principalmente, o gás carbônico ou dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O).

Os efeitos da elevação da temperatura da Terra podem ser atualmente observados pela ocorrência de maiores temperaturas em várias regiões do mundo, na maior ocorrência de eventos climáticos extremos (secas prolongadas e chuvas intensas, incidência de furacões, tornados, ciclones etc.), além do derretimento de geleiras. Assim, é provável que o aquecimento global esteja afetando e mudando o clima do planeta Terra.

Muitas soluções têm sido apresentadas para atenuar os efeitos desses fenômenos. No caso específico da agricultura, tecnologias sustentáveis podem ser adotadas para mitigar emissões de gases de Efeito Estufa e, em contrapartida, promover a retenção ou sequestro de carbono na biomassa e no solo. A este conjunto de tecnologias denomina-se "agricultura de baixa emissão de carbono."

Durante o evento da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (evento chamado COP-26), realizado em Glasgow, Escócia, em novembro de 2021, o Governo brasileiro assumiu compromissos na Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) que será ratificado pelo Congresso Nacional Brasileiro, até que isso ocorra continua o compromisso de Redução das emissões de GEE em 37%, com prazo até 2025 e Redução das emissões de GEE em 43%, com prazo até 2030, com as seguintes metas:

- Meta de neutralidade de GEE até 2050;
- Redução das emissões de GEE em 50%, com prazo até 2030, tendo como base o ano de 2005;
- Eliminar o desmatamento legal até 2028.

Esses compromissos foram ratificados na Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC), instituída pela Lei Federal nº 12.187/2009. Consta nessa legislação, que o Poder Executivo estabelecerá Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas visando à Consolidação de uma Economia de Baixo Consumo de Carbono em vários setores da economia, dentre eles, o da agricultura e pecuária.

Em 2010, foi constituído o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas, esse Plano vingou até 2020. Após a sua revisão, foi lançado o ABC+: Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária 2020-2030, visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura. Que tem como objetivo promover a adaptação à mudança do clima e o controle das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na agropecuária brasileira, com aumento da eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, a partir de uma gestão integrada da paisagem.

O plano ABC+ está estruturado em Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPSABC) e Tecnologias.



1 - PRÁTICAS PARA RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS DEGRADADAS (PRPD): Considerando a possibilidade de se utilizar diferentes práticas para recuperar ou renovar uma pastagem com algum grau de degradação, o ABC+ amplia o escopo da então denominada "Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD)", para Práticas para Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD).



2 - SISTEMA PLANTIO DIRETO (SPD): O Sistema Plantio Direto (SPD) caracteriza-se por um conjunto de tecnologias de manejo do solo e de culturas.



3 - SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO (SIN): No ABC+, dois tipos de sistemas serão fomentados, conforme descrição a seguir: Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAF).

- **SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA (ILPF)** A Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) é uma estratégia de produção sustentável que integra atividades agrícolas, pecuárias e/ou florestais em uma mesma área, seja em consórcio, sucessão ou rotação.

- **SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAF)** Sistemas Agroflorestais (SAF) são sistemas de uso da terra onde espécies lenhosas são utilizadas com culturas agrícolas e/ou com animais, nas mesmas unidades de produção, num determinado arranjo espacial e temporal (Nair, 1993).



4- FLORESTAS PLANTADAS (FP): produção comercial de madeira, fibras, alimentos, bioenergia e produtos florestais não madeireiros (látex, taninos, resinas e bioprodutos) em áreas particulares, e, recuperação em áreas ambientais, conforme definido em legislação específica.



5- BIOINSUMOS (BI): A importância crescente do uso de microrganismos e outros ativos na agropecuária nacional impulsionou o lançamento, pelo governo brasileiro, do Programa Nacional de Bioinsumos (BRASIL, 2020). Serão incluídos outros microrganismos promotores do crescimento de plantas (MPCP) e multifuncionais que atuam para melhoria da fixação e/ou disponibilidade de nutrientes e, também, microrganismos e macrorganismos para controle biológico.



6- SISTEMAS IRRIGADOS (SI): Inserido no conceito de SI e com as novas tecnologias, equipamentos e conhecimento técnico, a sua implantação tem sido feita de forma sustentável, ou seja, aplicando água obtida considerando os preceitos legais (outorga), de forma eficiente. É considerado uma tecnologia estratégica para o crescimento e o desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial.



7- MANEJO DE RESÍDUOS DA PRODUÇÃO ANIMAL (MRPA): Engloba tecnologias para o tratamento de todos os tipos de resíduos oriundos da produção animal, como dejetos líquidos (compostos pela mistura de água de limpeza, fezes, urina e restos de alimentos), camas, carcaças de animais mortos não abatidos e resíduos fisiológicos, entre outros, e adequada estabilização de seus efluentes.



8- TERMINAÇÃO INTENSIVA (TI): e foram incorporados ao ABC+, devido sua comprovada eficiência científica em reduzir emissões de GEE e a promover adaptação, ao permitir maior flexibilidade e ajuste de estratégia de uso para pastagens.

9- No Plano ABC+ estão previstas diversas ações para cada um desses programas: divulgação, capacitação de técnicos e produtores, transferência de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento,